



## Capiberibe quer investigar soja transgênica

Senador pede aos demais líderes partidários que indiquem os membros da CPI que solicitou para investigar o contrabando de sementes transgênicas de soja e seu plantio ilegal no país. Ele considera que a disseminação de transgênicos pode comprometer agricultura brasileira.

Página 8



# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.811 - Brasília, quinta-feira, 23 de outubro de 2003

## Jucá afirma que sua proposta dificulta aumento de impostos

Relator da reforma tributária apresentou ontem à CCJ parecer que, segundo ele, mantém 80% do texto aprovado pelos deputados. Redução da carga tributária deve ser regulamentada por lei complementar



Waldemir Rodrigues

O parecer de Romero Jucá começará a ser debatido na próxima semana pela CCJ. O relator ampliou a isenção do ICMS para consumidores de energia que tenham baixa renda. O texto aprovado pela Câmara já beneficiava alimentos de primeira necessidade e medicamentos. Os líderes do PMDB e do PTB querem mecanismos para combater as desigualdades regionais.

Páginas 4 a 7

**INOVAÇÕES** Em reunião presidida por Edison Lobão, Romero Jucá leu o seu relatório na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

## Reforma da Previdência abre prazo para receber emendas em Plenário

A reforma da Previdência chegou ontem ao Plenário e poderá receber emendas dos senadores a partir de hoje.

Da próxima semana em diante, o Plenário realizará sessões deliberativas também às segundas e sextas-feiras, o que permitirá acelerar a votação das reformas.

Páginas 6 e 7

**MUDANÇA** Sarney reuniu-se com líderes partidários para acelerar ritmo de votação



Jane de Araújo

## Borges cobra verbas para o São Francisco

O senador César Borges (PFL-BA) cobrou ontem, em Plenário, a destinação no Orçamento de 2004 de uma parcela maior dos recursos previstos no Plano Plurianual (PPA) para as obras de revitalização do Rio São Francisco nos anos de 2004 a 2007. De acordo com César Borges, apenas R\$ 10 milhões estão alocados para a recuperação do rio no ano que vem, o equivalente a 3,5% dos R\$ 289 milhões correspondentes ao quadriênio.



Para César Borges, revitalização do rio requer recursos

– Como o governo fará para realizar as obras até 2007? – questionou o senador.

Ele afirmou não desejar que o presidente Lula, em face dos míseros recursos, tenha que carregar "latas d'água na cabeça" para cumprir sua promessa de revitalizar o rio, ainda que tivesse que levar água em balde pessoalmente.

O senador observou que os R\$ 289 milhões foram resultado de estudo e debate por uma comissão parlamentar mista especial criada com o objetivo de encontrar soluções para os problemas do São Francisco.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) chamou a atenção para o fato de a recomendação da comissão ter sido a de que, antes de fazer transposição das águas, o governo revitalizasse o rio, hoje seriamente afetado pela poluição.

César Borges recebeu apoio do senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

# Agenda

## Plenário realiza sessão deliberativa

A sessão de hoje, com início previsto para as 14h30, discute proposta determinando que as medidas provisórias terão votação iniciada, alternadamente, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (PEC nº 27/03). O Plenário vota ainda projeto que aprova as contas dos presidentes da Câmara relativas ao exercício de 2000 (PDL nº 664/03).



## Congresso discute pacto federativo em seminário

Nos dias 13 e 14 de novembro será realizado pelo Congresso Nacional seminário que integra as comemorações aos 180 anos do Legislativo, destinado a ampliar os debates sobre o pacto

federativo. O evento contará com painéis dedicados a discutir as perspectivas da reforma política. As inscrições podem ser feitas pela Internet, no endereço [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

## Lucia Vânia fala hoje à Subcomissão Fome Zero

A Subcomissão Fome Zero reúne-se hoje, às 9h, para ouvir a exposição da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e para votação de requerimentos. A subcomissão, presidida por Rodolpho



Tourinho (PFL-BA), funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos e foi criada para acompanhar ações do Fome Zero e de programas de transferência de renda.

## Planos de saúde na pauta da Comissão de Assuntos Sociais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, às 11h, para votar, entre outros itens, projeto que acrescenta às exigências mínimas dos planos de saúde

privados a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante (PLS nº 75/02). A comissão vota ainda proposta

do senador Tião Viana (PT-AC) que prevê a distribuição gratuita de medicamentos para os doentes com hepatites crônicas (PLS nº 85/02).



## Implementação da Alca em debate

As Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e Parlamentar do Mercosul realizam reunião hoje, às 10h, para discutir a implementação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) com o co-presidente brasileiro da Alca, embaixador Adhemar Bahadrian; o vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Gilman Rodrigues; o assessor especial do Ministério do Desenvolvimento, Fernando Rezende; e o professor da Fundação Getúlio Vargas, Paulo Nogueira Júnior.

## Orçamento examina projetos

A Comissão Mista de Orçamento realiza reunião hoje, a partir das 10h, para examinar projetos e requerimentos dos parlamentares e analisar avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos. A comissão é presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

## Software livre na TV Senado

A TV Senado exibe hoje, às 12h30, o programa *Entrevista*, com Lara Pozzobon, organizadora da "Assim Vivemos", mostra internacional de filmes sobre deficiência. Às 13h, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e o diretor do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, Sérgio Amadeu Silveira, falam sobre softwares livres.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## Heloísa: projeto não pode punir mães pobres

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) elogiou ontem o senador Demostenes Torres (PFL-GO) por ter retirado do projeto que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado na terça-feira pelo Plenário, artigo que punia com até seis anos de reclusão quem expusesse ou utilizasse menores com o fim de obter vantagem. O projeto poderia, nesse ponto, tratar com rigor excessivo mães pobres que levam filhos para pedir esmolas.



Heloísa elogia retirada de artigo pelo relator

De acordo com a senadora, o artigo, fruto de mudança feita na Câmara a projeto da senadora licenciada Marina Silva, é injusto porque nem o Estado nem a sociedade acolhem as mães sem recursos. Demostenes foi o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

## José Jorge quer repasse maior para o Fundef

Ao informar que o *Diário Oficial da União* publicou em sua edição de terça-feira os novos valores de repasse anual por aluno para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o senador José Jorge (PFL-PE) lamentou que o aumento tenha sido de apenas 3,58%. Ele lembrou que, somado ao reajuste concedido em janeiro, de 6,69%, o governo Lula terá aumentado o Fundef em aproximadamente 10%, percentual correspondente ao da inflação no período.



Reajuste foi menor que o esperado, lamenta José Jorge

O senador lembrou que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta de emenda constitucional de autoria do ex-senador Francisco Escórcio que regula a contribuição para o Fundef (PEC nº 29/2002).

## JORNAL DO SENADO

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Subcomissão recebe relatório de deficientes

O presidente da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, senador Flávio Arns (PT-PR), recebeu ontem relatório elaborado por uma comissão formada por representantes de entidades ligadas ao tema, que aponta dificuldades de



Arns espera que órgãos públicos façam adaptações

acessibilidade no Senado Federal. O documento, entregue em audiência pública, leva em consideração o acesso físico, digital e televisivo.

O relatório, uma iniciativa da subcomissão com o objetivo de melhorar a acessibilidade das dependências do Senado, aponta inúmeros obstáculos às pessoas com necessidades especiais e faz sugestões para que a Casa solucione o problema.

Arns frisou que o presidente do Senado, José Sarney, tem grande interesse em melhorar a acessibilidade aos deficientes e disse esperar que outros órgãos públicos também tomem a iniciativa de corrigir os obstáculos apresentados às pessoas com necessidades especiais.

## Agaciel elogia dedicação dos servidores

Durante a abertura da Quinzena do Servidor do Legislativo e da mostra de arte do evento, realizada ontem no Salão Negro do Congresso Nacional, o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, falou de seu orgulho pela qualidade do trabalho realizado pelos servidores, parabenizando a Secretaria de Recursos Humanos pela iniciativa de promover a quinzena.

Agaciel lembrou que o Congresso é modelo para toda a América Latina. Para demonstrar o entusiasmo dos funcionários, o diretor-geral citou a criação de todo um sistema de comunicação social e também da Universidade do Legislativo (Unilegis). A quinzena terá eventos como mostra de obras de arte, torneio de xadrez, palestras e seminários, feira de artesanato, sarau e apresentações musicais.

# Aprovado acordo com a Bolívia contra o tráfico

Cooperação pretende melhorar a repressão à venda de éter, produto essencial ao fabrico da cocaína

Acordo de cooperação firmado em 1999 entre o Brasil e a Bolívia para prevenir e controlar o uso ilegal de substâncias químicas essenciais à fabricação e processamento de drogas foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado.

O acordo, assinado em La Paz, pretende reprimir, de maneira especial, o comércio do éter. Ele estabelece as bases de uma cooperação mais estreita entre os dois países para troca de informações, além de controlar e fiscalizar operações comerciais e aduaneiras, de modo

a reduzir a fabricação e o processamento de entorpecentes.

Segundo o senador Hélio Costa (PMDB-MG), o acordo pretende aprofundar os compromissos já estipulados no Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência, assinado entre Brasil e Bolívia em 1977. Ele ressaltou ainda a exigência de sigilo em relação às informações trocadas entre os dois países, para garantir o segredo profissional, industrial, empresarial e comercial, bem como dar a proteção necessária às partes envolvidas.

O Senado também aprovou ontem texto do Acordo de Admissão de Títulos Universitários para Atividades Acadêmicas, firmado pelos quatro países in-

tegrantes do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) em Assunção, em junho de 1999, que tornará possível o intercâmbio de estudantes entre as universidades visando à melhoria da formação e da capacitação científica, tecnológica e cultural.

O Plenário aprovou os nomes dos embaixadores do Brasil junto à Eslovênia, Jordânia, Tunísia e Marrocos, respectivamente Roberto Pinto Ferreira Abdenur, Antônio Carlos Coelho da Rocha, Sérgio Barcellos Telles e Carlos Alberto Simas Magalhães.

Foi acolhido ainda pelo Senado parecer do senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator na Comissão Mista de Orçamento, sobre as contas dos Poderes Legislativo e Judiciário relativas ao exercício de 2001.



AUDIÊNCIA Senadores da CAS decidiram ontem ouvir especialistas em meio ambiente antes de votar projeto de Valdir Raupp

## CAS realiza debate sobre preservação de reservas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem a realização de audiência pública destinada a analisar a conveniência ou não de se concederem incentivos fiscais para proprietários rurais que ajudem a recompor áreas de preservação permanente ou de floresta legal, conforme prevê o projeto (PLS 191/03) do senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Deverão comparecer à reunião, entre outros, José Carlos Carvalho, ex-ministro do Meio Ambiente e atual secretário de Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais; Marcus Barros, presidente do Ibama; Carlos Antônio Rocha Vicente, diretor da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Adalberto Veríssimo, pesquisador

do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

Na reunião de hoje, às 11h, a CAS vota projeto (PLS nº 85/02) do senador Tião Viana (PT-AC), que torna obrigatória a distribuição gratuita de medicamentos, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), aos portadores dos vírus das hepatites e os doentes com hepatites crônicas, a exemplo do que já ocorre com os portadores do HIV.

Constam também da pauta da comissão projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que estende aos beneficiários do seguro-desemprego a concessão do vale-transporte, bem como o do então senador Francelino Pereira, de nº 57/2002, que regulamenta a profissão de artesão.

## Assessor admite envolvimento com menor

Durante a reunião de ontem da CPI Mista da Exploração Sexual, o depoente Luiz Otávio da Anunciação, assistente do campeão mundial de atletismo Zequinha Barbosa, reconheceu seu envolvimento com duas garotas de programa, especialmente com uma delas (nenhuma foi identificada), com quem acabou "namorando", mas garantiu não saber que ambas eram menores de idade.

Segundo a relatora da CPI, deputada Maria do Rosário (PT-RS), a moça com quem Luiz teve maior envolvimento tinha 13 anos na época. Ela confirmou que o depoimento de Luiz Otávio coincidiu com os dados que já haviam sido apurados pela CPI e com os depoimentos das vítimas. Com riqueza de detalhes, o assessor contou sobre seu relacionamento e de Zequinha Barbosa (que ontem falou pela segunda vez ao depoimento) com as garotas de programa e, muito abalado, assegurou que as moças disseram ter mais de 18 anos. Ele disse que "passou mal" quando soube pela TV que se tratava de adolescentes. Luiz Otávio, 40 anos, afirmou que a mãe da moça com quem ele namorou sabia de tudo e não se importava. Os encontros entre Luiz Otávio, Zequinha e as moças ocorreram em Campo Grande (MS).

## CCJ rejeita projeto sobre presídios

Com base em voto contrário do senador Amir Lando (PMDB-RO), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou ontem projeto (PLS nº 74/04) do senador Paulo Octávio (PFL-DF) que proibia instalação de presídios federais de segurança máxima em conglomerados urbanos com mais de 50 mil pessoas e também na capital federal. A proposta havia sido aceita, sob a forma de substitutivo, pelo relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO).

Para Lando o projeto contraria regras do ordenamento jurídico, que prevê o direito de o condenado ficar detido em presídio próximo à sua família e de poder receber visitas.

## Mais 198 procuradorias serão criadas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer de Demostenes Torres (PFL-GO) favorável a projeto da Câmara (PLC nº 66/03) que cria 198 procuradorias da República em cidades longe de capitais. O objetivo é acompanhar o processo de interiorização da Justiça federal, que vem instalando varas em diversos municípios do país.

Entre os municípios que deverão receber as novas procuradorias, estão Feira de Santana (BA), Tabatinga (AM), Anápolis (GO), Rondonópolis (MT), Ji-Paraná (RO), Canoas (RS), Linhares (ES), Cascavel (PR), Sobral (CE), Souza (PB) e Caruaru (PE).

## Demostenes lê explicações de Fonteles

Ao final da reunião da Comissão de Justiça, Demostenes Torres, novo procurador parlamentar do Senado, leu correspondência enviada a ele por Cláudio Fonteles, em que o procurador-geral da República esclarece declarações feitas em evento realizado por advogados da União, e publicadas em *O Estado de S. Paulo*.

— O meu posicionamento abordou única e exclusivamente a diferença de tratamento entre ricos e pobres. Como registrou a repórter (Rosa Costa), os fatos têm muito tempo, não têm nada comigo agora como procurador-geral — diz Fonteles

## REFORMAS

Parecer de Romero Jucá transfere para lei complementar a redução da carga tributária e deixa para 2007 modificações na cobrança do ICMS. Proposta recebeu críticas de Jefferson Péres e Jorge Bornhausen

Fotos: Waldemir Rodrigues



RELATÓRIO Jucá (à direita, ao lado de Edison Lobão) apresentou ontem seu parecer à reforma tributária

## Relator mantém 80% do texto aprovado na Câmara

O parecer elaborado pelo relator da reforma tributária, senador Romero Jucá (PMDB-RR), começará a ser debatido na próxima semana pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ao final da reunião de ontem, o presidente da comissão, senador Edison Lobão (PFL-MA), concedeu vista coletiva do parecer, que, segundo anunciou o próprio relator, mantém 80% do texto aprovado pela Câmara dos Deputados em setembro.

Entre as principais inovações introduzidas por Jucá está a determinação de que lei complementar regulamentará a redução da carga tributária e a definição de que o Senado terá competência para homologar as decisões do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) quanto ao aumento de alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Segundo o relator, foram acolhidas dezenas de emendas apresentadas por senadores e atendidos 14 dos 16 pontos norteadores da reforma, listados em documento assinado pelos líderes partidários no Senado no início do mês. Destes, Jucá deixou de fora apenas as propostas de regionalização da atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de criação de uma câmara de gestão da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), com participação da União, estados e municípios, para implementação de plano nacional de recuperação das estradas.

A sugestão dos líderes no Senado para redução progressiva da carga tributária nacional foi incluída por Jucá, que remete o assunto a lei complementar. Essa legislação, disse o relator, deve avaliar o percentual do Produto Interno Bruto (PIB) re-

ferente a impostos e contribuições, o impacto dos tributos de cada esfera da administração e o comportamento da economia e das contas públicas em face de possíveis diminuições da carga tributária.

### Legislação única

Romero Jucá manteve a unificação da legislação sobre o ICMS, com cinco alíquotas para a classificação dos produtos e serviços. De acordo com o texto da Câmara, caberia ao Confaz definir essa classificação, mas o relator na CCJ sugere que, no caso de aumento de alíquota, a proposta do Confaz tenha que ser submetida à homologação do Senado.

– A proposta permite o controle, através da criação de um filtro, para evitar o aumento da carga tributária e fortalecer o Senado. O Confaz teria autonomia para baixar impostos, mas não para aumentar – justificou Romero Jucá.

## Cobrança do ICMS não muda até 2007

O relatório do senador Romero Jucá transfere para 2007 a definição sobre a transição da cobrança do ICMS da origem para o destino e sobre o fim da bitributação. Segundo afirmou, a mudança ora proposta já traz “preocupações suficientes” aos estados, responsáveis pelo imposto. “É preciso avançar com segurança”, ressaltou.

O relator ampliou a isenção do ICMS, que no texto da Câ-

mara atingia alimentos de primeira necessidade e medicamentos, para consumidores de energia de baixa renda. A classificação da energia elétrica, indiscriminadamente, em uma das cinco alíquotas, disse Jucá, aumentaria custos e teria impacto sobre a inflação.

Entre outros pontos, o relator sugere alteração na partilha de 25% da arrecadação do ICMS com os municípios e a manu-

tenção do fundo de compensação das exportações e do imposto sobre grandes fortunas.

Quanto aos incentivos fiscais, Jucá manteve a proposta de extinção, mas com um período de transição de até 11 anos. Ele ampliou o prazo para o fim dos incentivos à cultura, antes definido em três anos, para o prazo máximo sugerido. “É preciso dar melhor tratamento para o setor”, afirmou.

Fotos: Waldemir Rodrigues

## Jefferson diz que proposta é “pífia”. Já Bornhausen anuncia voto em separado

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) criticou o relatório apresentado ontem pelo senador Romero Jucá à proposta de emenda à Constituição (PEC nº 74/03) que altera o sistema tributário nacional. Conforme afirmou, o Senado vai votar “uma reforma pífia e danosa para o país”.

Por considerar que uma reforma tributária é um “conflito distributivo de solução quase impossível”, Jefferson reconheceu o trabalho do relator, mas fez restrições a cada uma das propostas sintetizadas por Romero Jucá. Ele se disse “decepcionado de ter apostado sua assinatura” no documento assinado pelos líderes partidários no início do mês com os 16 pontos que deveriam estar incluídos na reforma.

Para o líder do PDT, os principais tópicos do documento não foram atendidos. A remissão do cálculo do percentual da carga tributária sobre o Produto Interno Bruto (PIB) para lei

complementar, com a instituição de mecanismo de correção no caso de o índice ultrapassar o teto definido, não sairá do papel, na avaliação do senador.

– Melhor seria definir essa vinculação na Constituição e agora – afirmou.

Jefferson Péres também considerou fundamental a criação de uma câmara de gestão dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), com representações federais, estaduais e municipais, para o planejamento da aplicação dos recursos nas estradas.

### Relatório alternativo

Já o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) disse que uma discussão qualificada sobre o relatório de Jucá deve ser feita na próxima reunião, depois de o texto ser analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Mas ele já adiantou que o PFL vai apresentar relatório alternativo (voto em separado) ao de Romero Jucá.



CRÍTICAS Para Jefferson Péres, reivindicações não foram atendidas. Bornhausen (foto abaixo) espera discussão qualificada do relatório



**REFORMAS** Mesmo aprovando a maioria das modificações no texto da Câmara feitas pelo relator Romero Jucá, lideranças do PTB e do PMDB acham que propostas para o desequilíbrio regional não são suficientes

## Líderes cobram combate à desigualdade

O líder do PTB, senador Fernando Bezerra (RN) e o do PMDB, Renan Calheiros (AL), apoiaram o que classificaram como “avanços” no sistema tributário incluídos no relatório do senador Romero Jucá, apresentado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Porém, eles manifestaram restrições à proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, pedindo a instituição de mecanismos tributários mais eficazes para reduzir as desigualdades entre as regiões.

Fernando Bezerra disse que o fundo, como aprovado pela Câmara e mantido por Jucá, não

atende à demanda de redução das disparidades regionais. Ele quer a criação de instrumentos efetivos de desenvolvimento regional, a exemplo do projeto de lei do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que reserva 35% dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as regiões mais pobres. A proposta de Jefferson foi aprovada, terça-feira, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

– A política nacional de desenvolvimento regional não pode estar limitada a este Fundo de Desenvolvimento Regional – reclamou.

A questão regional e a garan-

tia de que não haverá elevação da carga tributária são, segundo Fernando Bezerra, fundamentais para definir o seu posicionamento e de seu partido. Ele lamentou que a realidade política e econômica tenha feito com que se deixasse para o futuro a discussão sobre a instituição de um tributo mais moderno, como é o caso do Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Renan parabenizou o relator por seu trabalho e também manifestou seu compromisso com solução que garanta o equilíbrio da divisão tributária, capaz de possibilitar o desenvolvimento das regiões mais po-



Roosevelt Pinheiro



Jane de Araújo

**RESTRIÇÕES** Fernando Bezerra (E) e Renan Calheiros apóiam “avanços” contidos no relatório, mas ainda defendem mudanças

bres. Ainda se comprometeu a melhorar a receita de impostos dos pequenos municípios.

– Vamos batalhar por esses dois pontos até a última hora – assegurou Renan Calheiros.

## Relatório de Romero Jucá traz diversas modificações

São os seguintes os principais pontos do relatório apresentado pelo senador Romero Jucá.

### Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

A) Foi mantida a decisão de implantar cinco alíquotas nacionais unificadas em uma só legislação, em vez das atuais 44 alíquotas definidas em 27 legislações diferentes (uma para cada estado). Na prática, fica extinta a guerra fiscal, porque os governadores perdem o poder de legislar em matéria tributária. O Senado Federal irá fixar, por resolução, as cinco novas alíquotas.

B) Fica determinado que em 2007 o governo e o Congresso Nacional irão estabelecer o local de cobrança do ICMS, se no estado produtor ou no estado consumidor, e também se haverá a separação entre ICMS e IPI, ou o fim de ambos, e a instituição de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

### Fundo de Desenvolvimento Regional

A) Mantém o fundo conforme foi aprovado pela Câmara (R\$ 2 bilhões da arrecadação bruta do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Renda), mas adi-

ciona um percentual do Orçamento Geral da União, a ser definido por lei complementar, para o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

B) Os R\$ 2 bilhões originais serão repassados aos bancos para financiamento de empresas interessadas em investir no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Espírito Santo, norte de Minas Gerais e noroeste do Rio de Janeiro.

C) O relator não atendeu aos pedidos dos governadores, que reivindicam o repasse direto da verba aos próprios governos, para investimento em infra-estrutura.

### Cide

Permanece o que foi aprovado na Câmara, ou seja, 25% da arrec-

dação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) serão repassados aos estados, que por sua vez repassarão 25% do que lhes couber aos seus municípios, mas apenas depois que lei complementar determinar os critérios para distribuição.

### Incentivos fiscais

Ficam mantidos por 11 anos os incentivos concedidos pelos estados até o dia 30 de abril de 2003. Os concedidos entre essa data e o dia 30 de setembro de 2003 serão examinados caso a caso pelo Senado Federal.

### Insumos agrícolas

O relator acolheu parte das reivindicações dos produtores rurais e de parlamentares da Região Centro-Oeste. Serão respeitadas as isenções concedidas a determi-

nados insumos e os convênios assinados entre governos e produtores rurais, mas o Senado irá examinar caso a caso e especificar que insumos vão merecer isenção fiscal.

### CPMF

Prorrogada até dezembro de 2007 com a alíquota atual. O relator estendeu ainda até 2007 a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que permite ao governo federal utilizar parte das verbas da saúde, da educação e agora, também, da Cide, principalmente em outras finalidades. Foi rejeitada a desvinculação de receitas dos estados, que assim continuam obrigados a aplicar em saúde e educação, como estabelece a Constituição.

### Cofins

Fica instituída a cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre os produtos importados que tenham equivalentes fabricados no Brasil e que também paguem Cofins.

### IPVA

O relator retirou a cobrança do imposto sobre veículos aquáticos e terrestres, mas deixou margem para que seja cobrado sobre jatinhos particulares e iates de luxo.

### Fundo de Compensação das Exportações

Conservou o texto da Câmara, criando o fundo para desonerar os estados exportadores que têm

perdas de receita com a chamada Lei Kandir. O fundo deverá ser regulamentado em lei complementar, a ser enviada ao Congresso Nacional, no prazo de 90 dias, a contar da promulgação da emenda constitucional.

### Redução da carga tributária

A reforma tributária vai criar o princípio da redistribuição entre União e sociedade civil do resultado da melhoria das condições macroeconômicas do país. Sempre que houver uma redução da dívida pública e do comprometimento orçamentário com o serviço da dívida, haverá redução da carga de impostos. Lei complementar vai regular o assunto.

### Pequeno produtor rural

O pequeno produtor rural, que tem uma propriedade de padrão unifamiliar, terá o mesmo tratamento de microempresa, ou seja, poderá valer-se do Simples Nacional, que é um mecanismo facilitador e redutor do pagamento de tributos.

### Incentivos culturais

Mantém por 11 anos os atuais incentivos culturais, estendendo o prazo da Câmara, que era de apenas três anos.

### Heranças e fortunas

Serão instituídos os impostos sobre as grandes fortunas e também sobre heranças, com alíquotas a serem definidas em legislação complementar.



FAO Photo

**ISONOMIA** O pequeno produtor rural com propriedade de padrão unifamiliar poderá utilizar o Simples Nacional para recolher tributos

## REFORMAS

A partir da próxima semana, haverá sessões deliberativas também às segundas e sextas-feiras, conforme decidiu Sarney, após ouvir membros da Mesa e lideranças. Medida provocou, ontem, polêmica no Plenário

## Líderes divergem sobre a proposta de emenda paralela à Previdência

Durante a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), líderes partidários divergiram sobre a decisão de o Plenário realizar sessões deliberativas também às segundas e sextas-feiras, para apressar o exame das reformas em tramitação.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), disse que só aceita a alteração do calendário tradicional da Casa se a proposta de emenda constitucional (PEC) paralela à reforma da Previdência for abandonada pelo governo.

– A gente sabe como a tramitação dessa proposta paralela começa e não sabe como termina. O PFL concorda com reuniões de segunda e sexta desde que a proposta paralela seja abandonada. Entendemos que questões polêmicas devem ser decididas pelo voto democrático individual, de acordo com a consciência de cada senador – assinalou Agripino.

Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou que a PEC paralela é

um “engodo regimental”. A seu ver, as duas propostas têm que tramitar em conjunto, já que tratam do mesmo assunto.

Já o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), argumentou que “a PEC paralela não pode ser encarada como mecanismo de logro, de enganação, porque isso vai destruir a relação entre os partidos políticos no Congresso”.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), observou que a votação “fatiada” das reformas é uma opção operacional e institucional. Ele defendeu a emenda paralela como uma opção diferente do que ocorre na discussão da reforma tributária. Ambas as sistemáticas, segundo ele, estão previstas regimentalmente e têm amparo constitucional.

A mesma opinião foi também manifestada pelo líder do PT, Tião Viana (AC), ao informar que a PEC paralela já conta com o apoio de várias lideranças partidárias com representação no Senado.



**SOLUÇÃO** Líderes debatem com Sarney o aumento do número de sessões deliberativas até o fim do ano

## Senado fará mais sessões para acelerar votação

A partir da próxima semana, o Plenário realizará sessões deliberativas também às segundas e sextas-feiras, para acelerar a votação das reformas previdenciária e tributária. Há ainda cerca de 50 matérias prontas para votação. A decisão foi adotada pelo presidente da Casa, senador José Sarney, após consultar a Mesa e os líderes partidários em reunião realizada ontem, e deve vigorar até o fim do ano legislativo.

A primeira das cinco sessões de discussão da reforma da Previdência ocorrerá na próxima terça-feira, dia 28. Cumprida essa fase, a matéria deverá voltar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para análise das emendas que forem apresentadas em Plenário, ao qual retornará, em seguida, para a votação em primeiro turno. O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), disse que o partido pretende apresentar

emenda supressiva para resolver a questão do subteto do funcionalismo estadual e estudar uma “proposta criativa” para garantir a paridade dos atuais servidores.

– Se não conseguirmos, vamos seguir o caminho da PEC (proposta de emenda à Constituição) paralela, mas com compromisso firme do presidente da República, dos líderes e do presidente do Congresso com um prazo determinado, para que essa PEC não seja mecanismo de logro ou enganação.

### Reforma tributária

Antes do encontro com os líderes, Sarney informou à imprensa que em reunião na véspera entre o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e a base de apoio parlamentar, ficou definida a posição do governo na tramitação da reforma tributária. “Não há espaço para o Tesouro abrir mão de mais receitas”, esclareceu o pre-

sidente do Senado. O relator da matéria, senador Romero Jucá (PMDB-RR), reforçou este entendimento.

Depois da reunião com os líderes, Sarney recebeu Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, que defende a revisão na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física.

Jucá rejeitou a inclusão dessa proposta na PEC da reforma tributária, argumentando que não se pode “indexar o Imposto de Renda na Constituição, o que traria de volta a correção monetária”. Já o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que “infelizmente, neste momento, o Executivo não tem como atender à reivindicação”.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), garantiu que sua bancada tentará aprovar, “no voto”, a correção na tabela do Imposto de Renda defendida pela Força Sindical.

## Decisão gera protestos no Plenário

A decisão de realizar sessões deliberativas às segundas e sextas-feiras provocou o protesto de vários senadores, na sessão de ontem do Plenário. Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que a Mesa e as lideranças partidárias têm decidido temas de importância sem ouvir a opinião dos parlamentares nem consultar o Plenário. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), argumentou que há 20 dias o presidente da Casa, preocupado com o acúmulo de matérias em pauta, enviara cartas às lideranças para ouvi-las quanto à possibilidade de realizar

mais sessões deliberativas.

O líder do PFL, José Agripino (RN), declarou que seu partido só concordará com a realização dessas sessões deliberativas caso a Mesa comprove que a pauta está sobrecarregada.

Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que os senadores têm compromissos em seus estados às segundas e sextas. Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) sugeriu que o Senado estenda o horário de votações. Heloísa Helena (PT-AL) disse que o interesse das lideranças é contar prazo para as reformas propostas pelo governo.

Já Fernando Bezerra (RN), líder do PTB, e Antonio Carlos Valadares (SE), líder do PSB, protestaram por não terem sido chamados à reunião realizada pela manhã. O líder do PT, Tião Viana (AC), solidarizou-se com Valadares e com os demais integrantes do bloco de apoio ao governo.

Na presidência da sessão, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) observou que o presidente do Senado tem prerrogativa para marcar sessões extraordinárias, mas decidiu, antes, consultar as lideranças partidárias.

Waldemir Rodrigues



**POSIÇÕES** Agripino (foto acima) contestou a mudança no calendário da Casa, enquanto Mercadante defendeu a votação “fatiada” da PEC

Waldemir Rodrigues



## REFORMAS

Eduardo Siqueira Campos anuncia que emendas à reforma da Previdência podem ser protocoladas e Renan Calheiros informa que PMDB quer a paridade



Roosevelt Pinheiro

**IMPOSTOS** Lúcia Vânia rejeita projeto que leve a sociedade a pagar mais tributos

## Lúcia Vânia pede mudança na tributária

Ao registrar que o presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), Gilberto Luiz do Amaral, estima que a proposta de reforma tributária aprovada na Câmara dos Deputados, se ratificada pelo Senado, elevaria a carga tributária para níveis próximos de 41% do Produto Interno Bruto (PIB), a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu alterações no texto atual para que a sociedade não seja obrigada a pagar mais tributos.

Citando levantamento do instituto, a senadora informou que os tributos arrecadados nos primeiros seis meses deste ano atingiram 37,57% do PIB. O que representa aumento de 0,9 ponto percentual em comparação com o mesmo período de 2002, quando a carga atingiu 36,67%.

– Isso significa que o Estado aumentou a sua fatia no bolo da riqueza nacional, retirando poupança das mãos da população, que, por sua vez, ficou com menos dinheiro para consumir. Agora, com o projeto de reforma tributária que encaminhou ao Congresso, o governo mais uma vez tenta abocanhar uma fatia ainda maior da poupança – afirmou.

# Proposta da Previdência abre prazo para emendas

Depois de quase um mês de debates na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), a reforma da Previdência chegou ao Plenário e terá seu primeiro dia de discussão na sessão da próxima terça-feira. O anúncio foi feito pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), 2º vice-presidente do Senado, ao presidir a sessão no final da tarde de ontem.

O senador anunciou ainda que as emendas de Plenário à reforma poderão ser protocoladas pelos senadores na Secretaria Geral já a partir de hoje. Pelo Regimento Interno, a reforma ficará em discussão por cinco sessões deliberativas seguidas, período aberto para emendas, desde que assinadas por 27 senadores.

O último dia de discussão de primeiro turno ocorrerá no dia 3 de novembro, uma segunda-



Waldemir Rodrigues

**ANÚNCIO** Eduardo Siqueira Campos informa que emendas já podem ser protocoladas

feira. No dia seguinte, a reforma voltará pela segunda vez à CCJ, para análise e votação das emendas de Plenário. Regimentalmente, a comissão terá até 30 dias para votar essas emendas, mas o relator da proposta, Tião Viana (PT-AC), diz que estará em condições de

apresentar seu parecer sobre as emendas em menos de uma semana.

Caso isso ocorra, a reforma da Previdência poderá enfrentar sua primeira votação assim que sair pela segunda vez da CCJ, após a votação das emendas de Plenário.

A seguir a reforma entra na ordem do dia do Plenário para votação, sem novos prazos de discussão. As lideranças governistas acreditam que a votação de primeiro turno será ainda na primeira quinzena de novembro, devendo receber no mínimo 49 votos dos 81 senadores para ser aprovada.

Haverá também nova discussão em Plenário por três dias, ao final dos quais será feita a segunda e última votação de Plenário – mudanças na Constituição exigem duas votações na Câmara dos Deputados e no Senado.

## Renan: PMDB defenderá a paridade

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), informou que o partido decidiu apresentar e negociar emenda à reforma da Previdência estabelecendo a concessão de paridade integral aos atuais servidores quando eles se aposentarem. O mecanismo da paridade dá aos aposentados os mesmos reajustes de salário dos ativos, inclusive quando há alteração nos planos de carreiras.

Senadores do PFL, do PSDB e do PT reivindicam a mudança por meio de emendas à reforma. Até agora, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), apesar de admitir discutir a paridade, tem afirmado que

tal mudança provoca perdas na economia prevista com a reforma.

O petista Paulo Paim (RS), que apresentou emenda estabelecendo paridade para os atuais servidores, disse que não teria condições de votar com o relator da reforma caso o governo não faça concessões em dois pontos – paridade e transição do atual para o futuro regime de previdência dos servidores.

Chegam a sete as mudanças que o PMDB quer fazer na reforma da Previdência. As outras são: criar uma fase de transição entre os sistemas; aumento de 70 para 75 anos na idade para aposentadoria compulsória de

servidores; inclusão das donas-de-casa na lista de pessoas que podem ter aposentadoria pelo INSS; mudança no subteto salarial para o Executivo estadual; e controle social da Previdência.

O governo atendeu três dessas reivindicações na chamada “emenda paralela”, que os governistas apresentaram há duas semanas. Com isso, o governo quer evitar que a reforma volte ao exame dos deputados, possibilitando sua promulgação assim que for votada pelos senadores. Dessa forma, só as mudanças (colocadas na “emenda paralela”) iriam ao exame dos deputados.

## Ideli pede desculpas a Arthur Virgílio

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) pediu desculpas ontem ao senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) por ter feito pronunciamento na terça-feira comparando viagem feita pelo senador em 2002 ao Rio de Janeiro com a viagem da ministra da Assistência Social, Benedita da Silva, à Argentina, onde participou de encontro religioso. Ela explicou que não sabia que Virgílio estava ausente da cidade na terça-feira, atendendo a uma emergência médica de sua mãe.

– Após o meu pronunciamento, fui informada pelo senador José Agripino (PFL-RN) de que o senador Arthur Virgílio estava ausente não só do Plenário, mas também de Brasília, já que uma questão de saúde da sua mãe o havia deslocado para o Rio de Janeiro. De imediato, encaminhei ao senador Arthur Virgílio meu pedido de desculpas, tendo em vista que o Plenário desta Casa merece que sejam cumpridas todas as regras de civilidade e de bom trato. E quero explicar que em nenhum momento tive a intenção de ferir a honra do senador, já que determinadas situações, como a vivenciada pela ministra Benedita, não desonram a sua vida pessoal – afirmou.

Arthur Virgílio aceitou o pedido de desculpas e disse que, não fosse a explicação dada por Ideli, “o tom seria outro, a conversa iria mudar. Não estou aqui para brincar com nenhum senador e não toleraria a idéia de algum senador brincar comigo, até porque eu não sirvo para brincadeira”. Ele frisou que, à primeira vista, o pronunciamento de Ideli soou como “uma tentativa de intimidação”.

– Impossível. Médicos não conseguem. Costa e Silva não conseguem. Eu vou, cada vez mais, fazer cumprir o meu dever de líder de um partido importante da oposição.

Virgílio explicou que a viagem ao Rio de Janeiro em 2002, para assistir a uma homenagem prestada ao Amazonas no carnaval carioca, foi feita às suas custas e não do governo.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) salientou que não é possível “caminhar na direção de desqualificar o interlocutor e de agredir”. Ele sugeriu que o debate se faça no campo do enfrentamento das propostas e elogiou a atitude de Ideli Salvatti.



Roosevelt Pinheiro

## Alberto Silva quer câmara de gestão para rodovias

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) propôs ontem a criação da Câmara de Gestão das Rodovias Federais, um órgão interministerial, para viabilizar a recuperação dos 32 mil quilômetros de rodovias federais que estão, segundo afirmou, destruídas. A proposta prevê a liberação de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para os estados, que ficari-

am responsáveis pela recuperação das estradas. Na avaliação do senador, no prazo de 24 meses toda a malha rodoviária do país poderia estar recuperada, a um custo total de R\$ 4,7 bilhões ao ano.

Alberto Silva argumentou que a concentração das decisões e dos gastos na Câmara de Gestão resultará numa enorme economia de tempo e de dinheiro, facilitando, ain-

da, a fiscalização das verbas públicas. Ele explicou que caberia aos governadores definir as rodovias prioritárias em seus estados para dar início ao programa.

O senador ressaltou que a má conservação da malha rodoviária gera prejuízo estimado em R\$ 40 bilhões “em combustível desperdiçado, fretes inflados e destruição de carretas e veículos em geral”.

## Mozarildo quer mais controle de verba para ONGs

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) cobrou dos ministérios e Tribunais de Contas da União (TCU) e dos estados fiscalização das organizações não-governamentais (ONGs). Ele afirmou que apresentará projeto de lei nesse sentido.

Segundo Mozarildo, que foi relator da comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre as ONGs que funcionou no

Senado, quase sempre as organizações recebem recursos públicos por meio de convênios, sem necessidade de licitação e sem prestação de contas.

– Em nome da transparência que o governo Luiz Inácio Lula da Silva quer patrocinar, não se podem aceitar tantas facilidades de acesso a verbas públicas sem fiscalização – ressaltou.

## Azeredo defende recursos para a saúde

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse ontem ter esperança de que as notícias sobre a decisão do governo federal de não cortar R\$ 3,5 bilhões do Orçamento destinado à área da saúde sejam verdadeiras.

– A saúde enfrenta problemas graves em todo o país. Por isso, venho hoje aqui para dizer que é preciso preservar o dinheiro destinado a ela – afirmou.

Azeredo também manifestou solidariedade às reivindicações da Frente Parlamentar da Saúde, integrada por 204 deputados federais e 19 senadores, que emitiu manifesto em defesa de recursos para atividades como prevenção a endemias, redução da mortalidade materna e infantil e atenção à saúde dos idosos.

## Telefonia fixa será debatida em audiência

A Subcomissão Permanente das Agências Reguladoras, ligada à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), vai realizar audiência pública com o controlador-geral da União, ministro Waldir Pires, e com o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, para que prestem esclarecimentos sobre a implementação, pelas empresas de telefonia fixa Telemar, Brasil Telecom e Telefônica S.A., das metas de qualidade e universalização

de seus serviços, em municípios analisados pela Controladoria Geral.

O requerimento para a realização da audiência foi apresentado pela presidente do colegiado, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). A CFC aprovou ainda pareceres a dois avisos do Tribunal de Contas da União (TCU), sendo o primeiro relatado pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS) e o segundo pelo senador Aelton Freitas (PL-MG). Ambos concluem pelo conhecimento da matéria e envio ao arquivo.



Célio Azevedo

# Capiberibe cobra indicações para a CPI dos Transgênicos

■ Senador quer identificar os responsáveis pelo contrabando de sementes modificadas

O senador João Capiberibe (PSB-AP) pediu aos demais líderes partidários que indiquem os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar o contrabando de sementes transgênicas de soja e seu plantio ilegal no país. O requerimento de instalação da CPI, de iniciativa de Capiberibe, foi apresentado com 38 assinaturas e já foi lido pela Mesa.

– Quero apelar às lideranças para que indiquem os nomes



Rosevelt Pinheiro

**CRÍTICA** Legalização do plantio de transgênicos foi feita “ao arripio da lei”, diz Capiberibe

para compor a comissão e verificar quem são os responsáveis pelo contrabando e pela ilegalidade – afirmou o senador, ontem, da tribuna.

O parlamentar lembrou que

a legalização do plantio de soja transgênica no país – que considerou ter sido feito “ao arripio da lei” – o fez abrir mão da vice-liderança do governo na Casa. Capiberibe afirmou não poder “trair questões que lhe são caras”, como o programa de desenvolvimento sustentado e preservação ambiental que implantou no Amapá, quando governou o estado (1995-2002).

### Gestão pública

Capiberibe disse que sua administração, ao evitar desvios de recursos orçamentários e ao procurar o desenvolvimento “com equidade social e respeito à natureza”, fez com que a economia amapaense crescesse o dobro da média nacional. Hoje, o estado possui o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das regiões

Norte e Nordeste, informou.

O senador ressaltou que a lei resultante da medida provisória que determinou a rotulagem de produtos geneticamente modificados não foi cumprida.

João Capiberibe disse esperar ver esclarecido o que chamou de “episódio vergonhoso”, a expansão da cultura de soja transgênica a partir de sementes introduzidas através da Argentina e do Paraguai há sete anos.

Para o senador, a disseminação do plantio de transgênicos pode colocar em risco o futuro da agricultura brasileira, tornando-a dependente de uma única empresa multinacional (Monsanto) que, segundo ele, pode ter patrocinado o contrabando das sementes.

## DENÚNCIAS

### Almeida Lima acusa prefeito do PT de desviar verbas do SUS

Com ajuda da projeção de fotos e cópias de documentos, o senador Almeida Lima (PDT-SE) acusou o prefeito de Aracaju, Marcelo Déda (PT), de assinar convênio de R\$ 770 mil com a Empresa Municipal de Serviços Urbanos, usando dinheiro do Sistema Único de Saúde (SUS), para capinar, podar árvores e ajardinar áreas em torno de postos de saúde.

Almeida Lima apresentou



Rosevelt Pinheiro

**Almeida Lima: dinheiro é usado em capinagem**

planilhas referentes para mostrar que a despesa equivale a R\$ 25 mil por metro quadrado capinado. Segundo o senador, boa parte das áreas em que se previa a capinagem era asfaltada. A denúncia chegará ao Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público Federal e Controladoria Geral da União.

Tião Viana defendeu o prefeito de Aracaju e considerou a denúncia paroquial.

### Ato do presidente deve impedir uso de audiovisual em discursos

O presidente do Senado, José Sarney, pretende baixar ato proibindo o uso de audiovisuais por senadores em discursos de Plenário. A informação foi dada ontem aos senadores pelo segundo-vice-presidente do Senado, Eduardo Siqueira Campos.

A decisão foi tomada por Sarney ao mesmo tempo em que concordou com pedido de Almeida Lima (PDT-SE) para utilizar recursos visuais em discurso com denúncias contra o prefeito de Aracaju.

A medida gerou polêmica. Assim que Almeida Lima foi chamado para discursar, o líder do PT, Tião Viana (AC), afirmou que a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) teve pedido idêntico rejeitado. O líder do PFL, José Agripino (RN), informou que Sarney havia explicado, em reunião com líderes, que aceitaria o recurso do audiovisual por já existir pelo menos dois precedentes. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que o audiovisual quebraria uma conduta do Plenário.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), ponderou que a proibição criaria uma situação inusitada, pois ficaria a impressão “de que se jogou uma bomba atômica debaixo do tapete do Senado”. Ramez Tebet (PMDB-MS) sustentou que a questão era mais abrangente, pois o senador estaria sendo cerceado.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelo senador Eduardo Siqueira Campos